

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA REGIÃO DOS VINHEDOS
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA PAULA CENTENA

**TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA:
POSSÍVEIS CAMINHOS PARA INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR**

**BENTO GONÇALVES – RS
2023**

ANA PAULA CENTENA

**TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA:
POSSÍVEIS CAMINHOS PARA INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Pedagogia como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, junto ao Campus Universitário da Região dos Vinhedos, da Universidade de Caxias do Sul, na área de Humanidades.

BENTO GONÇALVES – RS

2023

ANA PAULA CENTENA

**TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA:
POSSÍVEIS CAMINHOS PARA INCLUSÃO NA ESCOLA REGULAR**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia no Campus Universitário da Região dos Vinhedos da Universidade de Caxias do Sul na área de Humanidades.

Orientadora: Professora Dr^a Maristela Pedrini

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Maristela Pedrini - UCS - Orientadora

Prof.^a Ma. Sílvia Hauser Farina - UCS - Examinadora

Prof.^a Ma. Cláudia Mara Sganzerla - UCS - Examinadora

EPÍGRAFE

A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades.

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Neste momento que se encerra um ciclo na minha formação acadêmica, quero agradecer a todas as pessoas que me incentivaram a voltar a estudar e a todas aquelas que sempre viram mais potencial em mim do que eu mesma pudesse ver. Gratidão a todos que fizeram a diferença na minha vida!

Agradeço à professora Marli Elisa Bresolin que foi a minha primeira professora na escola e a quem devo o sonho de querer ser professora.

Minha gratidão à cada criança que cruzou meu caminho e me fez acreditar na importância de estar no caminho delas e fazer parte de cada história.

A cada professora que cruzou o meu caminho, lembro de cada uma, pelas contribuições que deixaram para minha formação pessoal e profissional.

Em especial, agradeço ao meu pai que sempre me colocou em primeiro lugar na vida dele e eu nada seria senão pela determinação dele como pai e incentivador e meu exemplo de vida, bem como, à minha família que sempre me apoiou e me incentivou.

Às professoras que compõem a Banca Examinadora do meu Trabalho de Conclusão de Curso as quais escolhi por terem marcado meu espaço acadêmico e, principalmente, por me fazerem acreditar que o mundo precisa de professoras como elas, dedicadas, mostrando que com seu testemunho que ensinar vai além da sala de aula, pois é trazer frutos à vida de cada aluno.

À professora Orientadora Maristela Pedrini, por me motivar sempre a ser uma pessoa que acredita no melhor que a educação pode proporcionar, me fazendo acreditar que somos importantes nesse processo. Pelo conhecimento compartilhado e dedicação na orientação em todas as etapas da elaboração do presente trabalho, para que eu pudesse demonstrar meu potencial.

Por fim, um agradecimento à Universidade de Caxias do Sul por nos proporcionar professores incríveis e os melhores profissionais para nos atender, fazendo da UCS um local de acolhimento.

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema “Transtorno do Espectro Autista: possíveis caminhos para a inclusão na escola regular” e teve como objetivo geral investigar quais as estratégias que facilitam o processo de inclusão das crianças com autismo na escola regular. Portanto, a investigação buscou respostas ao problema de pesquisa “De que maneira o professor e o monitor podem incluir os alunos autistas nas atividades escolares da rede regular de ensino?” O estudo descrito nesta monografia foi desenvolvido através da metodologia de pesquisa bibliográfica (GIL, 2008) que oportunizou o levantamento de dados teóricos alicerçados em pesquisa de importantes autores que deram suporte teórico para dar respostas ao problema de investigação, entre os quais destaco Mantoan (2015), Almeida (2017) Ferreira (2001) e Ropoli (2010). As leituras, os estudos e análises a partir do referencial teórico possibilitaram o aprofundamento da temática em foco. A pesquisa desenvolvida possibilitou dar respostas à questão norteadora, sendo que é possível afirmar que a criança com o Transtorno do Espectro Autista, além do direito à educação de qualidade e de ser incluída na escola, deve ter o direito assegurado de contar com o atendimento de professores e monitores especializados, que desenvolvam práticas pedagógicas que não a exclua, mas a coloquem como ser integrante na escola, sem diferenciação dos demais alunos. Nesse viés cabe aqui destacar que o estudo apontou para as práticas pedagógicas inclusivas, através de atividades lúdicas que posicionem o educando com TEA como ser social e, acima de tudo, que não seja visto apenas pelo transtorno, mas sim, como todos os demais alunos. Com o estudo realizado ficou evidente a importância do diálogo entre a família e a escola para garantir os direitos de acolhimento, respeito e aprendizagem das crianças diagnosticadas com TEA.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão. Estratégias. Aprendizagem.

ABSTRACT

The present work addressed the theme “Autism Spectrum Disorder: possible paths for inclusion in regular schools” and had the general objective of investigating which strategies facilitate the process of inclusion of children with autism in regular schools. Therefore, the investigation sought answers to the research problem “How can the teacher and monitor include autistic students in school activities in the regular education network?” The study described in this monograph was developed through the bibliographical research methodology (GIL, 2008) which provided the opportunity to collect theoretical data based on supporting research from important authors who provided theoretical answers to the research problem, among which I highlight Mantoan (2015), Almeida (2017) Ferreira (2001) and Ropoli (2010). The readings, studies and analyzes based on the theoretical framework made it possible to delve deeper into the topic in focus. The research developed made it possible to provide answers to the guiding question, and it is possible to affirm that a child with Autism Spectrum Disorder, in addition to the right to quality education and to be included in school, must have the guaranteed right to receive care from quality teachers and specialized monitors, who develop pedagogical practices that do not exclude them, but place them as being integrated into the school, without differentiating them from other students. In this case, it is worth highlighting that the study indicated for inclusive pedagogical practices, through playful activities that position the student with ASD as a social being and, above all, that he is no longer seen only by the disorder, but as all other students . With the study carried out, it became evident the importance of dialogue between the family and the school to guarantee the rights of reception, respect and learning of children with ASD.

Key words: Autism. Spectrum Disorder. Inclusion. Strategies. Learning

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
MEC	Ministério de Educação e Cultura
TEA	Transtorno do Espectro Autista

LISTA DE QUADROS

Quadro 01- Níveis de TEA e características.....	34
---	----

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO INICIAL	17
2.1 INCLUSÃO ESCOLAR.....	17
2.2 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	20
2.3 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E A ESCOLA REGULAR	23
3.REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	26
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	26
4. UM OLHAR PARA O AUTISMO NA ESCOLA REGULAR: POSSIBILIDADES.....	28
4.1 O TEA E A ESCOLA REGULAR	28
4.2 A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TEA	31
4.3 ESTRATÉGIAS PARA POTENCIALIZAR A APRENDIZAGEM ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM TEA	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
6. REFERÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

O termo “inclusão”, de acordo com o dicionário Novo Aurélio século XXI: da Língua Portuguesa(FERREIRA, 2004), significa “incluir ou acrescentar”, ou seja, adicionar coisas ou pessoas em grupos e núcleos que antes não faziam parte. Nesse sentido, socialmente, a inclusão representa um ato de igualdade entre os diferentes indivíduos que habitam determinada sociedade lhes garantido direitos iguais e equidade (MANTOAN, 2003).

Ao pensar na inclusão social, como possibilidade de os indivíduos terem o direito de pertencer e fazer parte de sua sociedade se faz necessário pensar como esse processo ocorre nas instituições escolares. As diferenças fazem parte da vida das pessoas e é na escola que essas diferenças ficam mais evidentes. Cada pessoa é diferente, é única, não só geneticamente, mas também, nos seus comportamentos, determinados pela sua educação familiar e sua cultura. Nesse sentido, cada pessoa também seu ritmo e sua forma de realizar suas aprendizagens, com ritmos e características diferenciadas.

Considerando toda a diversidade do ser humano, ao longo do tempo, muitas foram as mudanças acerca da compreensão das diferenças entre as pessoas e de como se faz necessário respeitá-las para que a sociedade possa ser justa e igualitária. E esta compreensão deve passar por todos os segmentos da sociedade a iniciar pela escola.

Nesse sentido, a educação inclusiva é um movimento que surgiu em 1994, e se tornou conhecido no mundo inteiro através da Declaração de Salamanca, elaborada na Espanha que veio garantir o direito à educação para todas as pessoas, apesar de suas diferenças ou limitações, reforçando a ideia de que todos podem frequentar a escola, para além de suas diferenças (UNESCO, 1994).

No Brasil, o direito à educação está amparado pela Constituição Federal de 1988, que assegura a educação enquanto direito de todos. Assim, a partir do reconhecimento de que todos somos diferentes, que aprendemos de formas diferentes, alguns mais lentos, outros mais rápidos, alguns com mais facilidades, outros com mais dificuldades, alguns com deficiências, outros não, a Lei de

Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394/96 normatizou a inclusão escolar. Ou seja, estabeleceu as diretrizes para que todas as crianças possam frequentar a escola regular, apontando que o professor deve incluir o aluno nas atividades mesmo aquelas que parecem impossível para aquele aluno realizar. A referida lei veio afirmar que incluir não é só permitir que os alunos com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento tenham a oportunidade de realizar a mesma atividade no espaço escolar, mas permitir que aprendam no seu tempo, de acordo com suas especificidades.

Sobre este aspecto é importante destacar que, em se tratando de diferenças, muitas não são visíveis ou diagnosticadas, por isso é essencial que as escolas e seus profissionais conheçam mais sobre o assunto, bem como, as diferentes formas de inclusão. De acordo com Mantoan (2003), no meio escolar a inclusão acontece de diferentes formas e existem muitas maneiras de promovermos o acolhimento aos educandos a partir de sua neurodiversidade.

Ao trazer como foco de estudos o processo de inclusão escolar, pontuo que é um campo de conhecimento ainda recente, bem como, as escolas e os profissionais da educação ainda revelam insegurança e até certo receio para lidar com tais situações. Por esse motivo, entendo que este estudo é de fundamental importância para a formação docente e para as práticas pedagógicas para que sejam realmente inclusivas.

Assim, por entender que as crianças, com deficiência ou não, precisam ser preparadas para a vida e que a escola é um espaço para que esta preparação aconteça, promovendo aprendizagens significativas, através do acolhimento e do respeito a todos e que se faz necessário a formação de todos os profissionais que atuam na escola para que promovam uma educação realmente inclusiva, defini como tema de estudo “A Inclusão Escolar” para a realização do meu Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia, junto à Universidade de Caxias do Sul, Campus da Região dos Vinhedos.

Nesse sentido, minha motivação de estudo e pesquisa visou buscar conhecimentos sobre os processos de aprendizagem para as crianças que são públicos da educação inclusiva e, também, buscar respostas sobre como

desenvolver melhor meu trabalho como monitora na Educação Infantil e futura pedagoga.

O tema escolhido para o desenvolvimento da pesquisa sempre esteve presente na minha mente desde o início da formação no Curso de Licenciatura em Pedagogia. As deficiências e suas particularidades sempre foram uma curiosidade para mim e meu desejo foi, através da pesquisa, buscar respostas sobre como melhor atender as crianças que apresentam deficiências, transtornos e/ou distúrbios de aprendizagem. Assim, essa área de estudo foi despertando em mim a curiosidade de investigar mais sobre esta condição das crianças que se encontram em diferentes processos e que apresentam diagnósticos diferenciados e, algumas, que até nem possuem os referidos diagnósticos.

Assim, ao contextualizar minha inquietude e desejo de pesquisar mais sobre o tema inclusão escolar, devo mencionar que, ao iniciar o trabalho como monitora na Educação Infantil, numa escola municipal, recebi a incumbência de atuar junto a três alunos com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Confesso que, inicialmente, fiquei com certa insegurança e muitas dúvidas para desenvolver meu trabalho. Entretanto, o convívio diário com os três educandos foi me mostrando que é possível desenvolver um trabalho pedagógico com as crianças que possuem Transtorno do Espectro Autista e que o trabalho dos professores e dos monitores é fundamental nesse processo.

Nesse sentido destaco que cursar a Disciplina de Educação Inclusiva no semestre 2023/2 contribuiu para ampliar meus conhecimentos sobre o tema em foco, tendo em vista que os estudos teóricos e práticos, com aprofundamento na legislação da educação inclusiva vigente em nosso país, bem como, os estudos de autores como Mantoan (2003, 2015), Carvalho (2010), Mittler (2003), Morin (2001), Ainscow (1997), foram essenciais para aprofundar meus conhecimentos sobre a prática pedagógica inclusiva.

Logo, motivada pelo desejo de saber mais sobre minha atuação como monitora de crianças com TEA, pois entendo que me tornei pesquisadora do assunto desde os primeiros dias que assumi a referida função na escola, delimitarei

como meu tema de investigação *“Inclusão escolar: um olhar para o Transtorno do Espectro Autista.”*

Diante da definição do tema de pesquisa e da delimitação do estudo, busquei indagações que pudessem nortear minha investigação. Assim, partindo da importância de saber melhor desempenhar meu trabalho, como monitora na Educação Infantil, várias dúvidas permearam meu pensamento, como por exemplo, saber como melhor ajudar na aprendizagem dos meus alunos que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Nesse viés, estabeleci como questão norteadora a pergunta que a todo o momento surge em minha mente *“De que maneira o professor e o monitor podem incluir os alunos com TEA nas atividades escolares da rede regular de ensino?”*

Tendo em vista que o estudo sobre o tema Inclusão Escolar tem sido ampliado na literatura em educação e, que, de acordo com o último Censo Escolar (IBGE, 2022) as matrículas de pessoas com deficiência tiveram alta na educação básica, entendo que se justifica a relevância do estudo que proponho, pois é um campo de saber em construção e se faz necessário aprofundar os conhecimentos e pesquisas sobre a temática em foco, a fim de contribuir com a efetivação de uma escola realmente inclusiva em nosso país. Ainda, de acordo com o referido censo, a quantidade de crianças com o Transtorno do Espectro Autista no Brasil é estimada em torno de 6 milhões de pessoas, ou seja, em torno de 11% da população brasileira podem apresentar tal transtorno (IBGE, 2022).

Considerando os dados em foco, fica evidente a necessidade de buscar conhecimentos sobre o Transtorno do Espectro Autista, bem como investigar estratégias para incluir as crianças que apresentam esse transtorno nas atividades escolares, sem delimitar sua participação e nem excluí-las dos processos educativos.

Outro aspecto relevante que se faz necessário nas escolas é a compreensão da necessidade de se identificar as potencialidades nas crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA), evitando rótulos de “incapazes” ou “coitadinhos”, buscando suas possibilidades, para além de suas limitações. Com isso estabeleci como propósito buscar caminhos ou respostas mais perto da realidade para melhor

atender os educandos com os quais atuo e, também, para compartilhar minhas descobertas e conhecimentos sobre o tema com outros colegas monitores e professores, contribuindo assim para uma efetiva educação inclusiva na Educação Básica.

Diante dos meus conhecimentos prévios sobre o que é Transtorno do Espectro Autista e quais as diferentes formas de viver esse transtorno e a necessidade de acolhimento das crianças que apresentam esse diagnóstico na rede regular de ensino, lancei como minhas hipóteses para minha investigação: o passo mais importante para que inclusão aconteça é não tratar as crianças com TEA de forma diferente dos demais alunos; as crianças autistas têm direito de fazer todas as atividades como os demais colegas; diferente dos demais alunos, os educandos com TEA demoram a entender e aprender o que não for de interesse deles, então tudo que deve ser ensinado tem que atraí-los; devemos tratar as crianças com TEA com paciência e cuidado e ao trabalhar com alunos que apresentam TEA é preciso o olho no olho, firmeza ao falar e amorosidade. Também, penso que é de extrema importância que o que vale para todos também seja passado às pessoas com TEA, ou seja, é preciso estabelecer um diálogo para a construção de vínculos, comunicação e limites.

Assim, para desenvolver o estudo proposto, estabeleci como objetivo geral investigar estratégias que facilitem o processo de inclusão das crianças com TEA na escola regular, onde o professor e monitor possam encontrar formas de facilitar esse processo de aprendizagem. E, como objetivos específicos elenquei: conceituar, entender e definir o que é o autismo, conhecer os diferentes tipos de comportamento de quem tem autismo para melhor auxiliar educandos que se encontram nesta condição; diferenciar as características que definem o TEA (autismo) para ter melhor entendimento de como atender alunos com autismo, investigar estratégias que auxiliem melhor o professor e monitor na atuação com crianças que apresentam TEA e sistematizar os estudos desenvolvidos através de uma monografia enquanto Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Pedagogia.

Para o desenvolvimento da pesquisa descrita nesta monografia, foram utilizados recursos materiais tais como: livros, revistas e documentos legais e outros materiais que poderão contribuir com o estudo. Também, recursos virtuais como:

livros on-line, plataformas digitais, sites, artigos científicos online, revistas eletrônicas, documentários on-line, blogs e vídeos. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida nos meses de agosto a novembro de 2023, período em que foi elaborado o projeto e, na sequência, o desenvolvimento do mesmo que culminou com a escrita do presente texto monográfico.

Para melhor compreensão da investigação realizada, a presente monografia foi organizada em seções. Na primeira seção denominada “*Referencial Teórico Inicial*”, apresento o tema Inclusão Escolar, citando as leis que permeiam os direitos das pessoas com deficiências, os conceitos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas características, bem como, o aprofundamento teórico sobre como o é visto o Transtorno do Espectro Autista na rede regular de ensino.

Na segunda seção intitulada “*Referencial Metodológico*”, apresento o caminho metodológico escolhido para a realização da investigação, cuja opção foi o método bibliográfico com alicerce teórico em Gil (2008) com a imersão em referenciais teóricos para a construção de respostas ao problema de investigação.

Na terceira sessão denominada “*Um olhar para o autismo na escola regular: possibilidades*” apresento o aprofundamento teórico que discorre sobre os seguintes tópicos “O TEA e a Escola Regular, A aprendizagem da Criança com TEA e Estratégias para potencializar a aprendizagem escolar das crianças com TEA”. Ao longo do texto o leitor compreenderá a importância de reconhecer e ver a criança diagnosticada com TEA para além do transtorno, pois mesmo apresentando níveis diferentes de desenvolvimento quando acometidas pelo transtorno, as crianças evidenciam muitas possibilidades de aprendizagens.

Na sequência do texto são apresentadas as “*Considerações Finais*” que apresentam as principais reflexões sobre o que foi aprendido ao longo do desenvolvimento da pesquisa, bem como, as principais aprendizagens mobilizadas que apontam que as crianças com TEA ou autistas precisam ser atendidas na sua diversidade e necessidades, convivendo na escola e na sociedade junto às demais crianças, acolhidas e respeitadas de acordo com suas características e possibilidades. Encerro a monografia, citando as *Referências* que indicam as obras consultadas que fundamentaram teoricamente o estudo realizado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO INICIAL

2.1 INCLUSÃO ESCOLAR

A inclusão escolar é um tema relativamente recente nos debates da educação brasileira. Tal afirmação tem seu fundamento nos últimos dispositivos legais como a Constituição Federal de 1988 que ampara o direito de todos à educação, como podemos observar no Artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A partir da Constituição Federal de 1988, muitas têm sido as ações e as políticas públicas que tem como objetivo promover o acolhimento das diferenças nas escolas e na sociedade como um todo. Nesse sentido se faz necessário uma cultura de respeito a todos sem distinção, como afirma Ropoli et al (2010, p. 7) “Os que têm o poder de dividir são os que classificam, formam conjuntos, escolhem os atributos que definem os alunos e demarcam os espaços, decidem quem fica e quem sai destes, quem é incluído ou excluído dos agrupamentos escolares.”

Diante desta afirmação a autora assinala que quem vê diferente é o adulto, pois dentro de sala de aula as crianças não diferenciam os colegas e nem os classificam como diferentes ou com tratamento especial. Podemos afirmar que as crianças são livres de pensamentos excludentes, quando elas percebem a dificuldade de um colega elas se prontificam a ajudá-lo, sem que o professor peça, essa é a verdadeira inclusão. Nesse sentido, sobre a inclusão escolar Ferreira (2001, p.13) afirma que:

A criança é autora do seu próprio desenvolvimento, mas precisa de um mediador cuja principal figura é o professor. Por isso, a primeira tarefa do professor é conhecer em que ponto está o desenvolvimento de cada aluno seu, a fim de poder estimulá-lo adequadamente. E para conhecer é preciso avaliar.

Diante do conceito de educação inclusiva, em relação à aprendizagem escolar, a Declaração de Salamanca (1994, p. 8) afirma que:

O currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa. As escolas deveriam, portanto, prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas à criança com habilidades e interesses diferentes. Crianças com necessidades especiais deveriam receber apoio instrucional adicional no contexto do currículo regular, e não de um currículo diferente.

É nesse sentido de apoio que os espaços escolares como a sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve ser vista como uma proposta de ensino e não como auxílio para o suporte ao que o professor ensina; tal apoio tem como fundamento a Educação Especial, como assinala o Referencial Curricular Gaúcho (2018, p.37):

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e demais modalidades. Realiza o atendimento educacional especializado-AEE, disponibiliza os recursos, serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas escolas de ensino regular.

O Referencial Curricular Gaúcho foi elaborado a partir da Base Nacional Comum Curricular (2018) que orienta o direito à adaptação curricular em todos os níveis de ensino. O texto da referida BNCC estabelece que cada instituição escolar deve elaborar seu Projeto Político Pedagógico no sentido de considerar os interesses, necessidades e potencialidades de cada educando. Também, o documento faz referência às pessoas com deficiência, apenas na sua introdução, quando cita a Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão.

Assim, de acordo com a legislação vigente, para os alunos com o Transtorno do Espectro Autista, está previsto o Atendimento Educacional Especializado, que disponibiliza recursos, serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas escolas da rede regular. O AEE é um atendimento diferenciado do que os alunos vivenciam nas salas de aula, objetivando ensiná-los a serem independentes e autônomos, entre outras importantes aprendizagens. É nesse sentido que a Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146/ 2015, no seu Art. 27 estabelece que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Ainda, os direitos das pessoas com deficiência estão amparados pela referida Lei no seu Artigo 28, incisos I e II, que determinam:

Art. 28 Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena.

A Lei Brasileira de Inclusão sofreu atualizações no ano de 2021 e 2022 sendo que as alterações mais significativas estão relacionadas aos novos conceitos e terminologias, enfatizando que todo o ser humano é capaz de realizar aprendizagens, separando a palavra deficiência de incapaz. A referida Lei normatizou, também, medidas punitivas para atitudes discriminatórias, garantido, assim o direito amplo à inclusão social a todas as pessoas e, portanto, a todos os espaços e processos da sociedade como um todo.

Nesse sentido, considerando os processos de constituição dos sujeitos e a importância das interações para esta construção, Carbonara (2004, p. 237) destaca “O ser humano é compreendido, como um ser de relações que não nasce pronto, mas que se constitui como tal à medida que se coloca em relação com outras pessoas.” Tal afirmação remete que as relações sociais e a convivência contribuem para a formação e desenvolvimento dos seres humanos que são inacabados (FREIRE, 1996), que se constituem ao longo da vida, através das aprendizagens que realizam e da interação com o grupo social em que vive.

Nesse sentido, é possível afirmar que o caminho para a construção de uma escola e de uma sociedade inclusiva está em construção e que há dispositivos legais amparando esta nova visão de sociedade pautada no respeito às diferenças. Nesse contexto, os professores e demais profissionais da educação são importantes mediadores para a efetivação de uma escola realmente inclusiva, em que todos possam ser respeitados na sua diferença. Para isso devem ser profissionais com formação e dispostos a ver o educando com um olhar desprovido de preconceitos,

reconhecendo possibilidades ao invés de barreiras para a aprendizagem (MANTOAN, 2003).

2.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2014) o Transtorno Espectro Autista (TEA) antes só chamado de autismo, é um distúrbio no neurodesenvolvimento que causa estereótipos que definem o transtorno.

De acordo com o referido Manual o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno que, tipicamente, manifesta-se no início do desenvolvimento, em geral antes da criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, na comunicação, e apresentam comportamentos repetitivos e restritos. Assim, o TEA não se manifesta de uma única forma, por isso, a utilização do termo “espectro” abrange as diferentes variações que transitam pela tríade de deficiências nas áreas social, de comunicação e de comportamento, porém nem sempre todas essas dificuldades se manifestam juntas no mesmo caso (SILVA, 2020).

Os estudos sobre o TEA apontam que as diferenças que definem uma criança autista são percebidas logo na primeira infância, entre dois e três anos, através dos comportamentos observados. No comportamento de crianças com TEA, há várias manifestações atípicas, como repetição de movimentos, muitos flaps com as mãos, andar nas pontinhas dos pés, falta de interação nas brincadeiras, dificuldade na seriação e organização dos objetos por tamanhos, cores e semelhanças (DSM-5, 2014).

A criança com TEA demonstra como comportamento inicial, certa agressividade ao não conseguir se expressar para demonstrar o que realmente quer naquele momento; ou ainda, chama atenção por não aceitar o “não” e se apresenta muito confusa e nervosa se um momento simples como uma peça não encaixar no jogo como ele gostaria (SANTOS, 2008).

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2014), apresenta que o Transtorno do Espectro Autista se manifesta em vários níveis, quais sejam:

- Nível 1: é o nível mais leve do Transtorno de Espectro Autista, apresenta sintomas leves que não prejudicam muito na aprendizagem ou nos relacionamentos. Os indivíduos com nível leve de autismo, no que se refere à interação e comunicação social, apresentam prejuízos, porém não demandam de tanto suporte. Apresentam dificuldade nas interações sociais, respostas atípicas e pouco interesse em se relacionar com o outro. No que se refere ao comportamento, manifestam dificuldade para trocar de atividade, independência limitada para autocuidado, organização e planejamento (DSM-5, 2014);
- Nível 2: é o nível moderado do Transtorno de Espectro Autista, apresenta sintomas moderados, necessitam de mais suporte, como terapia ou treinamento de habilidades sociais. Os indivíduos com nível moderado de autismo, no que se refere à interação e comunicação social, demandam de suporte substancial, apresentando déficits na conversação e dificuldades nas interações sociais, nas quais, muitas vezes, tem necessidade de ser mediadas. No que se refere ao comportamento podem manifestar dificuldade em mudar de ambientes, desviar o foco ou a atenção, precisando de suporte em muitos momentos (DSM-5, 2014);
- Nível 3: é o nível mais severo do Transtorno de Espectro Autista, apresentam sintomas severos, requer mais apoio, muitas vezes, incluindo cuidadores em tempo integral ou terapia intensiva. Os indivíduos com nível severo de autismo, no que se refere à interação e comunicação social, demandam de muito suporte, uma vez que desenvolvem prejuízos graves nas interações sociais e pouca resposta a aberturas sociais. No que se refere ao comportamento, manifestam dificuldade extrema com mudanças e demandam suporte muito substancial para realizar as atividades do dia a dia, incluindo as de autocuidado e higiene pessoal. (DSM-5, 2014).

De acordo com a organização Mundial da Saúde (OMS, 2022), a Classificação Internacional de Doenças informa que a pessoa com TEA pode apresentar os seguintes diagnósticos CID 10 e 11 que significam: Cid 10: Transtornos globais do desenvolvimento F84 e Cid 11 - código 6A02 nesse caso com leve transtorno intelectual.

Diante das características apresentadas, é importante referir que pessoas com TEA ou autismo têm como característica o se destacar em atividades que parecem difíceis para os demais. Porém, esse foco não é para tudo o que realizam, assim não se destacam em todas as atividades, apenas em algumas que lhe despertam a atenção, também chamada de hiperfoco com interesses restritos, como assinala Liberalesso et al (2020, p. 21)

O hiperfoco é uma característica muito frequente em pessoas com autismo e, ao contrário do que se possa imaginar, na maioria das vezes ele traz prejuízos significativos ao aprendizado global, já que o indivíduo passa a negligenciar outros conteúdos em determinado aprendizado de um único time.

Nesse sentido, é importante que o professor e qualquer outro profissional que atue junto às crianças com o TEA, conheça as particularidades e dificuldades inerentes deste transtorno e a partir dos interesses restritos sejam pensadas intervenções para ajudar a estruturar o pensamento e a organização das referidas crianças, diminuindo assim os riscos destes alunos serem prejudicados e discriminados (ORRÚ, 2003).

Atendendo a essa necessidade, a Lei Nº 12.764/2012, também chamada Lei Berenice Piana, instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A referida Lei assegura que o TEA é um tipo de transtorno caracterizado pela deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação (verbal e não verbal) usada para a interação social, com padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns.

Diante do exposto, os estudos apontam para diferentes características e manifestações apresentadas pelas pessoas com TEA e, apesar de diagnósticos e de possíveis causas, os processos de desenvolvimento são muito diferenciados de um caso para outro, pois depende muito de como a pessoa é estimulada desde o seu nascimento. Tal aspecto envolve a família e a escola e todos os processos nela desenvolvidos. O conhecimento dos TEA e o acompanhamento das crianças desde as primeiras manifestações do transtorno por uma equipe multidisciplinar é fundamental para os melhores encaminhamentos e intervenções adequadas a cada caso.

2.3 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) E A ESCOLA REGULAR

Em 2008, no Brasil, foi instituída a Política Nacional de Educação Especial (Decreto nº 6571/2008) que garante o acesso à escola regular às pessoas com deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento. É importante pontuar que a LDB 9.394/96 já havia regulamentado esse acesso, no entanto, as políticas públicas para a educação inclusiva estão se consolidando gradativamente na sociedade brasileira.

Além do acesso à escola na rede regular, as pessoas com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento ou outras necessidades devem ter direito à permanência com um atendimento de qualidade voltado às suas características individuais.

Nesse sentido, a referida política instituiu o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que garante não só a inclusão da criança na escola regular, mas o direito ao apoio necessário para romper as barreiras que impedem a inclusão. Sobre a referida legislação Taniguti e Ferreira (2021, s/p) afirmam

Em 2008, foi instituída a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPI), orientando os sistemas de ensino a garantirem acesso ao ensino regular (nas escolas comuns), com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino e oferta do atendimento especializado de maneira complementar, bem como todo apoio necessário para a remoção de barreiras à aprendizagem. Em 2009, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada pelo Brasil como Emenda à Constituição Federal.

Considerando os fundamentos apresentados, é importante que os recursos legais e as estratégias disponibilizadas pelas políticas públicas estejam ao alcance de todas as pessoas com deficiências ou transtornos, nesse sentido, as Salas de Recursos Multifuncionais, lançadas pelo “Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais” em 2007, têm como objetivo um atendimento especializado voltado às necessidades e particularidades dos educandos, público da educação inclusiva (BRASIL, 2007).

As Salas de Recursos Multifuncionais normatizadas antes mesmo da definição das políticas públicas de Educação Especial compõem as escolas inclusivas e tem como estratégia desenvolver ações pedagógicas que atendam às dificuldades dos educandos que apresentam diferentes ritmos e processos de aprendizagem. As Salas de Recursos Multifuncionais têm como finalidade promover o Atendimento Educacional Especializado, cuja função foi definida pelo o Decreto nº 6.571, de 18 de setembro de 2008 (p.1):

O atendimento educacional especializado - AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Assim, tendo em vista o projeto de estudo da presente pesquisa, ou seja, o Transtorno do Espectro Autista, Almeida (2017) aponta que a inclusão das crianças com o referido transtorno na rede regular de ensino requer o emprego de metodologias acessíveis, adaptadas às suas características e necessidades para que não haja limitações ou barreiras para o seu desenvolvimento.

Sobre os materiais atribuídos às atividades para crianças com TEA os mesmos devem ser claros e de fácil entendimento. A plataforma digital Diversa (2023, s/p) reitera que as intervenções pedagógicas com alunos com TEA devem priorizar diferentes formas de comunicação, como visão e gestos e com o emprego de materiais, objetos e assuntos do interesse dos educandos. Para os educandos não verbais, as pranchas de comunicação têm sido utilizadas como sucesso e contribuem para o estabelecimento de um diálogo com adaptações e meios específicos para a comunicação (DIVERSA, 2023, s/p).

Outro aspecto de fundamental relevância no universo escolar é o diálogo com a família e a presença familiar no acompanhamento escolar como condição essencial para a educação inclusiva acontecer. De acordo com Mantoan (2015) a instrução familiar é fator decisivo para dar esse apoio à pessoa com TEA. Assim, o papel da família é fundamental para esse processo de inclusão, no entanto é preciso a clareza de que muitas famílias enfrentam diversos problemas de cunho educacional, social, político e econômico, o que limita, muitas vezes, o acompanhamento e os encaminhamentos mais qualificados para o atendimento dos filhos acometidos pelo transtorno.

Para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas é essencial a formação de professores com conhecimento para acolher e promover intervenções adequadas e qualificadas para a estimulação do aluno com TEA. Nesse sentido, Lima (2022, p. 40), afirma:

A formação de professores é um aspecto que merece atenção quando se trata de inclusão. Muitos professores se sentem inseguros e receosos quando se fala na possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma afirmação geral de estudantes de pedagogia, de licenciaturas e professores: não fui preparado para lidar com crianças com deficiência.

A formação para o Atendimento Educacional Especializado é outro aspecto fundamental. As escolas devem contar com profissionais especializados na área da educação Especial Inclusiva, a fim de atender os educandos de acordo com suas especificidades, como argumenta Silva (2020, p.56):

O professor especialista em educação inclusiva ou atendimento educacional especializado também tem como tarefa introduzir as competências que a BNCC exige aos alunos atendidos, sendo algumas dessas competências já desenvolvidas naturalmente durante as aulas nas salas de recursos especiais e outras que irão requerer mais preparo e estudo por parte do docente.

Silva (2020, p. 56) argumenta que o Atendimento Educacional Especializado proporciona um ensino diferenciado, atendendo as particularidades de cada aluno e afirma “Com o tempo, o AEE foi criando estratégias e metodologias de ensino que se adequem às dificuldades de cada indivíduo de maneira específica, tornando o trabalho do professor de classe regular muito mais fácil e eficiente.”

Diante do exposto, a escola se constitui num espaço muito importante para o desenvolvimento das habilidades e formação integral de todas as crianças, em especial das crianças com TEA, foco da pesquisa realizada. Nesse sentido, cabe à escola proporcionar o acolhimento e as intervenções necessárias para que todos os alunos possam ser estimulados a desenvolver seu potencial através de estratégias pedagógicas inclusivas, voltadas às especificidades de cada educando. É importante destacar que as políticas públicas de inclusão têm oportunizado esta compreensão.

3.REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Para o desenvolvimento da pesquisa, optei pelo caminho metodológico da pesquisa bibliográfica no sentido de buscar o aprofundamento teórico em publicações que relatam pesquisas e apontam alicerces teóricos para a compreensão do tema em foco,

A opção metodológica pela pesquisa bibliográfica se justifica nos argumentos de (GIL, 2008, p.50):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Diante da afirmação acima, a pesquisa bibliográfica consiste em pesquisar determinado assunto através de um tema escolhido, a partir disso, fazer leituras e análises para encontrar respostas para o que se procura, em publicações que já existem sobre o tema, como revistas, livros, artigos.

A pesquisa bibliográfica tem sido muito utilizada nas monografias, pois proporciona o levantamento de teorias e argumentos em estudos de muitos em autores, que são estudiosos sobre o tema foco da investigação, assim como aponta (Gil, 2008, p.18):

O método monográfico parte do princípio de que o estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes. Esses casos podem ser indivíduos, instituições, grupos, comunidades, etc.

Com isso o referido autor destaca que a partir do estudo e leitura de obras bibliográficas, criamos nosso próprio conceito do que seria aquele determinado assunto, ainda, podemos responder às nossas perguntas ou buscamos ainda respostas para responder o que seria o problema de investigação. Diante do exposto, é meu entendimento que a pesquisa bibliográfica me oportuniza aprofundar meus conhecimentos sobre o tema de pesquisa, bem como responder a questão problema que motiva toda a pesquisa.

4. UM OLHAR PARA O AUTISMO NA ESCOLA REGULAR: POSSIBILIDADES

4.1 O TEA E A ESCOLA REGULAR

Uma escola é permeada por vários processos e a formação dos professores e demais profissionais que atuam na educação é condição essencial para que os processos educativos sejam de qualidade. Com isso se constata a importância da formação continuada para que os referidos profissionais possam estar em constante aprimoramento. Considerando isso (LIMA, 2022, p. 40) afirma que:

A formação de professores é um aspecto que merece atenção quando se trata de inclusão. Muitos professores sentem-se inseguros e receosos quando se fala em receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula. Há uma afirmação geral de estudantes de pedagogia, de licenciaturas e dos professores: não fui preparado para lidar com crianças com deficiência.

Pensando nisso é preciso reconhecer a importância de os profissionais estarem preparados para receber os alunos com qualquer tipo de deficiência na escola regular. Não só para reconhecer seus direitos, mas para estarem preparados a atender os alunos e reconhecer que a igualdade se permite através de práticas pedagógicas que não sejam excludentes. Uma escola inclusiva se torna um ambiente para todos.

Assim, para as crianças que apresentam TEA, a escola é de grande importância. No entanto, a escola precisa reconhecer que deve se preparar para receber os alunos que apresentam o referido transtorno. A escola como um todo, deve ser inclusiva e não apenas as Salas de Recursos Multifuncionais. A formação em práticas inclusivas deve ser para todos os profissionais que atuam na escola, não somente para os professores do Atendimento Educacional Especializado (LIMA, 2022).

As crianças com TEA precisam aprender com práticas pedagógicas igualitárias, voltadas às potencialidades das crianças, para além do transtorno que as mesmas apresentam. Sobre a escola inclusiva Ropoli (2010, p. 9) destaca: “A escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o processo de todos, adotando novas práticas pedagógicas.”

A criança que apresenta o Transtorno do Espectro Autista precisa ser vista pelo professor na sua diversidade e com suas características, mais que isso, deve

ser compreendida através dos seus comportamentos (ROPOLI, 2010). A criança com TEA não precisa ser tratada de forma diferente, mas o professor deve reconhecer suas necessidades para poder orientá-la e se fazer presente no seu crescimento, reconhecer suas respostas cognitivas, emocionais e motoras, para assim ajudá-las. Sobre este aspecto Ferreira (2001, p.15) orienta sobre os aspectos a serem observados para alcançar a avaliação do perfil neurosensoriomotor da criança:

Avaliar o perfil neuro-sensório-motor é perceber como está o desenvolvimento, do sistema nervoso, do sistema sensorial, do sistema motor... para avaliá-lo precisa-se reconhecer os elementos que compõem: o esquema corporal, a lateralidade, a interação espacial, a orientação temporal, a coordenação dinâmica-manual, a coordenação visual-motora, o desenvolvimento da linguagem, o desenvolvimento sensorial.

Os aspectos assinalados destacam que o professor deve perceber e se preocupar com a criança em primeiro lugar e, depois, com o conteúdo a ser aprendido. Ou seja, o acolhimento e a escuta da criança é o primeiro passo para ver de que forma a mesma vai se colocar nesse espaço pedagógico e como se relacionará com seu entorno, é essencial. Com sensibilidade e conhecimento, o professor deve buscar estratégias, contextualizadas com a dificuldade que o aluno apresenta, para que possa mediar situações de aprendizagens significativas, que os educandos com TEA consigam desenvolvê-las, no tempo seu tempo e ritmo de aprendizagem (FERREIRA, 2001).

A escola regular atendendo a alunos com TEA deve ser um espaço receptivo, estabelecendo as relações necessárias para a aprendizagem, mas também, deve buscar envolver esse aluno em sala de aula, enquanto integrante da turma, para que se sinta parte da escola (FERREIRA, 2001). Assim, as crianças com TEA precisam de uma rotina leve que os mantenham confortáveis e que proporcione segurança. Com isso, a escola deve se constituir num lugar que os faça se sentirem livres para serem quem são, se sentirem felizes. Nesse sentido Carvalho (2010, p. 32) nos coloca a importância de motivar esse aluno através das vivências e afirma:

A escola deve ser, também, o espaço de alegria, onde os alunos possam conviver, desenvolvendo sentimentos sadios em relação ao "outro", a si mesmos e em relação ao conhecimento. para tanto a prática pedagógica deve ser inclusiva, no sentido de envolver a todos e a cada um, graças ao interesse e à motivação para a aprendizagem.

Carvalho (2010) destaca a importância de envolver a cada educando através da motivação para a aprendizagem. Tal motivação é mobilizada através de

atividades prazerosas através do lúdico. As crianças de um modo geral precisam da ludicidade (KISHIMOTO, 2010) para aprender. As atividades lúdicas fazem parte do universo infantil e despertam o interesse pelo que lhes traz alegria e o prazer de descobrir coisas novas. O lúdico, portanto, é uma estratégia muito significativa para a promoção da inclusão e contribui com bons resultados nos processos de acolhimento e aprendizagem.

Nesse viés, as legislações que têm surgido ao longo do tempo asseguram o respeito às pessoas com TEA, mais do que isso, o direito à dignidade física e emocional. Uma das leis que prevê o espaço preferencial para crianças com TEA é a Lei Romeo Mion, Nº 13.977 de 2020. A referida Lei coloca como prioridade o direito da criança com TEA na rede regular de ensino, nos espaços de saúde, estabelecendo a diminuição da jornada de trabalho dos pais, permitindo que os mesmos sejam pais mais participativos na vida de seus filhos.

Tal legislação garante o direito de os pais disporem de tempo para acompanharem seus filhos nos atendimentos especializados que se fazem necessários a cada caso e, na própria escola. Com esse amparo legal, os pais têm esse tempo para poder se fazer presente na educação de seus filhos e nada se faz mais importante que uma educação trabalhada em conjunto pais, professores, escola e família, trazendo dignidade e inclusão, ou seja, o direito a uma educação de qualidade (LEI Nº 13.977 de 2020).

É necessário referir outra lei de fundamental importância, a Lei Berenice Piana 12.764/2012, já mencionada neste texto, que assegura à criança com TEA os mesmos direitos das crianças com outras deficiências, o que garante no espaço escolar o acompanhamento de monitor, AEE e demais atendimentos multidisciplinares que se fizerem necessários a cada caso. Essa lei não é apenas necessária pelos direitos adquiridos, mas pela oportunidade de que a criança com TEA tem de frequentar a escola regular e potencializar essa vivência da maneira mais “normal” possível, junto às crianças que não têm o referido transtorno.

Diante do exposto é possível afirmar que o acolhimento e o trabalho pedagógico na rede regular de ensino com crianças que apresentam o TEA é possível, porém se faz necessário conhecimento e a preparação de profissionais com qualificação e acima de tudo sensibilidade para promover a inclusão desses educandos com qualidade pedagógica.

4.2 A APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TEA

O TEA é um transtorno neurobiológico, muito mais comum em meninos do que em meninas (SUPLINO, 2005). De acordo com o referido autor as crianças com TEA apresentam dificuldades com demonstrações de afetos e ao contato físico e o desenvolvimento da fala é lento, muitas vezes ausente; é comum, também, a repetição de movimentos e sons. Considerando essas características, os processos de aprendizagem também são diferenciados, ritmos diversos e, geralmente, os alunos com TEA, quando não diagnosticados são rotulados como indisciplinados, desorganizados, sem limites e lento (MELLO, 2007).

O trabalho da escola deve ser desenvolvido em parceria com a família, que deve estar comprometida com o acompanhamento de seu filho. A escola, por sua vez, deve propor o desenvolvimento de metodologias de aprendizagens que favoreçam à comunicação e ao desenvolvimento das crianças com TEA. Assim, a escola na perspectiva inclusiva deve garantir o acolhimento e as intervenções necessárias à aprendizagem, potencializando o estímulo à comunicação e autonomia (SUPLINO, 2005).

A inclusão da criança com TEA na rede regular de ensino requer os professores capacitados para recebê-la, deve contar com o Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais e, ainda, deve dispor do Monitor Educacional para o acompanhamento das especificidades de cada criança.

De acordo com Suplino (2005), o professor que atua com as crianças autistas, além da formação especializada, precisa de uma escuta e um olhar atento para compreender a criança na sua individualidade, pois geralmente, apresentam dificuldades em aprender a falar, a utilizar corretamente as palavras, mas se as intervenções forem pensadas de forma a contemplar as características de cada criança, podem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, na área motora e na interação social

A aprendizagem é um processo complexo que precisa muita dedicação e paciência da família e, também, dos professores e demais profissionais da escola. Hoje, os estudos apresentam informações confiáveis sobre os métodos

educacionais que podem contribuir com o desenvolvimento da criança autista. Nesse sentido, Nunes (2008, p.4):

As crianças com autismo, regra geral, apresentam dificuldades em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas se obtiverem um programa intenso de aulas haverá mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e aprendizagem é um trabalho árduo precisa muita dedicação e paciência da família e também dos professores. É vital que pessoas afetadas pelo autismo tenham acesso a informação confiável sobre os métodos educacionais que possam resolver suas necessidades individuais.

Diante desses aspectos, é comum o professor ou monitor de um aluno incluso sentirem insegurança e medo de desenvolver um bom trabalho, mas muitos esquecem que antes de olhar a criança como público de inclusão, é necessário reconhecer que estão apenas diante de uma criança, com suas dificuldades e possibilidades (NUNES, 2008).

Essas inseguranças reforçam a ideia de que criança com TEA ou qualquer outra deficiência, na maioria das vezes, é vista apenas como o transtorno ou dificuldade. O maior erro como profissional é não perceber que para incluir é preciso ter olhos de quem não exclui e de quem vê essa criança como todo, alguém disposto a aprender e a vivenciar seus anos escolares. Esta etapa que se inicia na Educação Infantil, nada mais é que o início de um processo formativo que contribuirá para que a criança se reconheça como alguém, como parte da sociedade (MANTOAN, 2003).

A busca pela atividade perfeita atrasa o processo de aprendizagem e não inclui o aluno, não respeitando sua identidade e colocando barreiras como afirma Mantoan (2003, p.67):

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência / e ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for; de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um.

A referida autora se posiciona fazendo uma crítica que, nas escolas, não existem práticas voltada aos ritmos e necessidades próprias de cada aluno, pois, geralmente, um planejamento numa sala de aula regular prevê atividades para, no mínimo, vinte crianças juntas. A autora sinaliza que numa sala de aula regular também há diferenças, ou seja, possibilidades de aprendizagens diferentes, o que coloca o professor como mediador das estratégias que cada aluno irá utilizar para

aprender, construindo conhecimento através das relações estabelecidas. Corroborando esta ideia Gil (2008, p.24), quando pontua:

Mas apesar dessa diversidade, pode-se, de forma simplificada, definir o construtivismo como uma postura que defende o papel ativo do sujeito em sua relação com o objeto de conhecimento e a construção da realidade. Dessa forma, o conhecimento é entendido como algo que não se encontra nem nas pessoas, nem fora delas, mas é construído progressivamente pelas interações estabelecidas.

Assim se constitui a educação dentro de uma sala de aula em que nenhuma criança é igual outra e toda a criança carrega consigo aprendizagens mobilizadas inicialmente pelos pais e com as vivências estabelecidas ao longo do tempo.

Todo aluno precisa de oportunidades para interagir no espaço de sala de aula e realizar as atividades propostas. Mantoan (2003) destaca que o olhar do professor para as diferentes características dos educandos é fundamental para que sejam criadas estratégias que favoreçam a aprendizagem de todos. Entretanto, cada educando realizará seu processo, a sua maneira e da forma que puder realizar, o que é essencial é que todos sejam oportunizados às interações e aos processos desenvolvidos em sala de aula.

O nível de desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com TEA geralmente é lento e gradativo, por isso, o professor deverá ajustar o seu modo de comunicação a cada aluno, o qual, por sua vez, será avaliado e colocado em grupo apropriado, levando em conta a idade global, o desenvolvimento e nível de comportamento.

O professor fica responsável pela atenção especial e a sensibilização destes alunos e dos envolvidos para conhecer quem são e como se comportam, bem como selecionar as melhores estratégias para as intervenções adequadas a cada comportamento, criando vínculos e possibilidades de estimulação ao neurodesenvolvimento de cada educando com TEA (SANTOS 2008).

No quadro abaixo (Quadro 01), apresento uma síntese das características de aprendizagens da criança com TEA, de acordo com os diferentes comprometimentos.

QUADRO 01 – Níveis de TEA e suas características

NÍVEIS	CARACTERÍSTICAS
<p>Nível 1 Crianças que não necessitam de suporte, ou pouco suporte.</p>	<p>Neste nível se percebe o autismo apenas pelos estereótipos como flaps com as mãos, e inquietude, alguns até superdotados, aprendem coisas que não condiz com a idade deles apenas olhando, como o alfabeto, pois aprendem com facilidade o que lhes desperta interesse.</p> <p>O que caracteriza com muita força o que os autores dizem de modo geral acima que nenhuma a criança aprende igualmente.</p>
<p>Nível 2 Crianças com dificuldade moderada, ou em atividades específicas.</p>	<p>Neste nível se constata que a criança não tem dificuldade em interação com atividades ou pessoas, porém algumas coisas lhes parecem muito difícil como: se manter no mesmo lugar por muito tempo, o que dificulta a realização das atividades longas; insegurança maior realizar sozinho atividades físicas como subir uma escada ou em um brinquedo no pátio.</p> <p>Precisa da companhia de alguém, e alguns definem o não gostar, o não fazer; se não gostam de algo ficam muito nervosos, os estereótipos aumentam, neste nível a criança precisa aprender no tempo dela e se caracteriza a necessidade de aprender do seu jeito.</p>
<p>Nível 3 Criança tem grande necessidade de suporte.</p>	<p>Neste nível se constata a necessidade de todos os direitos do autista serem garantidos, ter o acompanhamento de um monitor, alguém que seja especializado, que entenda que a criança com TEA precisa de total apoio, pois dificilmente a criança consegue se comunicar sozinha, interagir, expressar suas dificuldades, vai aprender mas vivenciando repetidamente, várias vezes a mesma atividade, e às vezes a dificuldade não é nem em atividades, mas em expressar o que está precisando naquele momento, até o pedir pra ir ao banheiro, por exemplo, pois, às vezes não falam, e se apresentam muito fechados em si e em seus desejos, não estabelecendo comunicação.</p>

Fonte: Quadro elaborado pela autora através das obras consultadas.

Através do referido quadro que sistematiza algumas das dificuldades presentes na vida das crianças com TEA, é possível constatar a necessidade de que as aprendizagens sejam significativas e que lhes mobilizem a vontade de aprender, removendo as barreiras que, geralmente, são impostas no trabalho pedagógico e interação com os educandos com TEA (CARVALHO, 2010).

Ao tratarmos dos processos de aprendizagem seja para pessoas com deficiências/transtornos ou não, é necessário considerar as novas descobertas da

neurociência sobre a relevância do estímulo às funções executivas de atenção, percepção, memória, freinatório e metacognição que estão diretamente ligadas ao processo de desenvolvimento motor, cognitivo e emocional (FONSECA, 2014). Os estudos neurocientíficos apontam que o desenvolvimento dessas funções é responsável por exercer influências diretas na regulação emocional, ou seja, as funções executivas são responsáveis por coordenar e integrar os processos de aprendizagem.

É nesse contexto que se justifica a obrigatoriedade do Plano de Ensino Individualizado (PEI) prevista no artigo 28 da Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015 (BRASIL, 2015). Tal documento deve ser elaborado a partir da neurodiversidade de cada educando e contemplar as características individuais do indivíduo criando um espaço inclusivo, através de ferramentas adaptadas e do ensino colaborativo para que os educandos sejam estimulados a partir de suas possibilidades (MANTOAN, 2015).

De acordo com as teorias consultadas, as dificuldades enfrentadas pelas crianças autistas podem ser superadas, desde que haja acompanhamento especializado, bem como, a utilização de técnicas que devem ser aplicadas de acordo com a necessidade individual de cada criança. Assim, a aprendizagem deve ser estimulada pelos professores, monitores e, principalmente pelos pais, que têm um papel fundamental, pois são eles que convivem diariamente com seus filhos.

4. ESTRATÉGIAS PARA POTENCIALIZAR A APRENDIZAGEM ESCOLAR DAS CRIANÇAS COM TEA

Os estudos realizados apontam para a possibilidade de um trabalho pedagógico qualificado que promovam intervenções que mobilizem o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social das crianças diagnosticadas com TEA (CUNHA, 2012).

Assim, como foi argumentado ao longo do texto monográfico, para desenvolver as crianças com TEA é preciso levar vários aspectos em consideração, como por exemplo: seu nível cognitivo, seus interesses restritos e, principalmente se

são verbais ou não verbais, se são participativos ou mais reservados. Sobre este aspecto Cunha (2012, p.53) orienta que:

Nessa perspectiva, é importante conter no currículo questões da prática pedagógica, nas quais o professor trabalhe a autonomia, a relação social e a identidade dos seus alunos, bem como do aluno com autismo. “É fundamental, por conseguinte, que a concepção na educação seja centrada prioritariamente no ser humano e não na patologia.”

Se esta prática for desenvolvida por um profissional com formação e conhecimento sobre as diferentes características das pessoas com TEA, tornará as atividades mais interessantes para desenvolver as crianças de acordo com suas especificidades. Porém, é importante lembrar que atividades que utilizem o uso do toque, visão e audição, ao mesmo tempo, costumam atrair total atenção (BARBERINI, 2016).

Cabe aqui pontuar que as crianças com TEA não verbais, devem ser estimuladas através estratégias de Comunicação Alternativa (TIX LIFE, 2023). O principal objetivo dessas estratégias é ampliar as capacidades de comunicação das pessoas que apresentam comprometimentos de fala com a utilização de materiais interativos. Neste ponto é necessário destacar a importante contribuição da tecnologia que permite a criação de recursos chamados “assistivos” que facilitam a interação das pessoas de pessoas não verbais. Sobre as pranchas de comunicação é necessário destacar:

As pranchas de comunicação são materiais impressos ou digitais que combinam ilustrações com símbolos e palavras escritas. Essas imagens podem representar objetos, cores, números, indicar letras do alfabeto, expressões e ações. Por exemplo, manuais de instruções, letras de músicas e cantigas, guias de receitas e orientações gerais sobre algum produto podem ser seguidos através de pranchas de comunicação. Dessa forma, elas procuram facilitar o entendimento e a comunicação da pessoa não verbal, permitindo que ela construa frases e se expresse da maneira que quiser (TIX LIFE, 2023, s/p).

Sobre os processos de aprendizagem das crianças com TEA, Barberini (2016) pontua que devemos sempre ter em mente que crianças acometidas pelo transtorno não gostam de atividades que as façam ficar muito paradas, que exijam que elas permaneçam no mesmo lugar por muito tempo; elas precisam que as atividades exijam sua total atenção e que sejam dinâmicas. Assim, a autora citada apresenta em seu livro “A escolarização dos autistas no ensino regular e as práticas

pedagógicas” uma série de sugestões que contribuem para a compreensão da organização das práticas pedagógicas, a partir das diferentes necessidades e comprometerimentos apresentados pelas crianças com TEA. Na sequência do texto, apresento sugestões de Barberini (2016, p. 46-55) que potencializam a aprendizagem em sala de aula das crianças com TEA:

- a) crianças com TEA geralmente são multissensoriais, o ideal é reunir duas atividades, ou mais, por exemplo: no momento que em que a criança for aprender o alfabeto, o ideal é demonstrar o alfabeto com as letras móveis, confeccionadas com lixa, madeira ou papel cartão, para que visualizem e manuseiem as mesmas, enquanto são desenvolvidas as atividades como música do alfabeto, por exemplo; de preferência, deve se utilizar letras coloridas e grandes, isso ajuda na fixação e eles aprendam com maior facilidade, pois através desses recursos pedagógicos as crianças mantêm sua atenção focada;
- b) a atividade descrita acima pode ser realizada com formas geométricas, o ideal é fazer formas geométricas de vários tamanhos e texturas uma vez que as crianças com TEA costumam analisar e separar peças por tamanhos e cores. Esse tipo de atividade também pode ser trabalhada com números e é possível oportunizar o uso da pintura com tinta;
- c) as crianças com TEA costumam analisar as peças de um quebra cabeça ou outros jogos, ou qualquer outro objeto e redesenhá-las com os dedos para assim reconhecê-las. Atividades de pintura com tinta costumam mantê-las calmas e concentradas;
- d) outra atividade destacada pela autora é a de que os autistas gostam muito de realizar e costuma acalmá-los quando estão agitados, contar os números nos dedos, também, se os números estiverem expostos em cartazes na sala de aula, gostam muito de contar os números e apontá-los com os dedos;
- e) crianças com TEA precisam muito que se mantenha a comunicação o tempo todo para manter a interação com o grupo, mas, principalmente mantê-las como protagonistas da atividade. Por isso atividades lúdicas lhes despertam o interesse e são mais indicadas para chamar sua atenção, como por exemplo: a televisão musical, que consiste em demonstrar personagens nessa

- televisão feita de papelão e com isso cantar a música que representa esses personagens;
- f) separar tampas coloridas ou formas geométricas por cores e tamanhos é uma atividade ótima para desenvolver a percepção de formas e tamanhos, além de identificação das cores. As referidas atividades costumam ser bem aceitas pelas crianças com TEA;
 - g) trazer o cotidiano para sala de aula interagindo com os colegas é uma atividade que os mantém interagindo com a turma. Fazer uma roda perguntando como foi o final de semana, ou o que eles fizeram durante o feriado olhando no olho aluno, perguntando se tem animais de estimação para que eles se sintam conectados, eles costumam se interessar por animais e figuras, trazer esse tema para as atividades;
 - h) a autora ainda sinaliza que, como os alunos autistas têm hipersensibilidade, atraí-los com atividades sensoriais é interessante. Por exemplo, em matemática trazer alimentos como bolacha e fazer com que os alunos separarem por cores, tamanhos, texturas, adicionar ou subtrair, no final poderão até fazer um lanche, desde que sejam respeitadas as normas de higiene;
 - i) para mostrar semelhanças e diferenças, podem ser realizadas brincadeiras, contar histórias, realizar exercícios de atenção, atividades práticas de observação que favoreçam a identificação das semelhanças e diferenças.

Para Barberini (2016) ao aluno com TEA devem ser oportunizadas atividades lúdicas que estimulem o desenvolvimento de suas necessidades básicas para formação pessoal, como também, aprender a raciocinar, e refletir sobre as aprendizagens para que possa criar seus próprios conceitos. Por isso, a realidade em que o aluno se encontra deve ser levada em consideração, para que ele aprenda através das suas reflexões, como a referida autora afirma “Além de trazer a realidade do aluno para dentro da sala de aula, é necessário que sejam trabalhadas situações, nas quais o aluno possa raciocinar, avaliar e refletir” (BARBERINI, 2016, p.50).

Nesse sentido, o docente sempre deve incentivar seu aluno com entusiasmo, aproximando-se dele devagar e com um objetivo traçado. A interação

com a família é um importante laço de companheirismo e solidariedade facilitando o trabalho do educador. Muitas ideias podem surgir quando se conhece e motiva o aluno. Pode parecer um processo lento, porém, pode se tornar eficaz com planejamento e uma aula traçada por metas e objetivos preestabelecidos a partir das potencialidades de cada educando (OLIVEIRA, 2020).

Muito mais importante que qualquer atividade a ser realizada é que o professor explique ao seu aluno quantas vezes for necessário, não somente para que o aluno compreenda as atividades propostas, mas para estimular a concentração durante as tarefas, pois o que impede a aprendizagem das crianças com TEA é o déficit de atenção, não pela existência de problema cognitivo, mas pela dificuldade de manter o foco e a concentração (CUNHA, 2012).

Carvalho (2010) destaca que os jogos contribuem para que a criança possa interagir sem necessidade do adulto, o que para a criança com autismo significa promover sua autonomia. A referida autora pontua que, desde muito cedo, o jogo é fundamental na vida da criança, pois a estimula a explorar e manusear aquilo que está presente a sua volta, através de esforços físicos e mentais acaba por não se sentir coagido pelo adulto, tendo atenção às atividades vivenciadas naquele instante. Além disso, as brincadeiras têm uma função importante no desenvolvimento do próprio pensamento da criança, pois é através delas que a criança aprende a reconhecer com o significado das coisas e dá um passo importante em direção ao pensamento conceitual que se apóia no significado das coisas e não dos objetos (VYGOTSKY, 1991).

Portanto, de acordo com Vygotsky (1991), por meio do brincar a criança desenvolve e amplia seus conhecimentos, através dos diálogos e discussões que possam acontecer durante a interação com as demais, até mesmo quando se está sozinha, por meio de sua própria imaginação, que vai transformar seus brinquedos em seres animados capazes de conversar com ela estabelecendo igualmente uma interação benéfica em relação às suas aprendizagens.

Considerando os aspectos apresentados, as intervenções pedagógicas para o atendimento das crianças com TEA na rede regular de ensino são inúmeras e, a cada dia, novas pesquisas surgem demonstrando as possibilidades de aprendizagem das crianças que se encontram nessa condição neurobiológica.

O TEA é um transtorno que, no momento, não tem cura, mas os novos estudos sobre o cérebro, através da neurociência, têm buscado novos tratamentos e as novas descobertas têm auxiliado as famílias e as escolas no atendimento mais qualificado para as pessoas com TEA.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar a presente monografia apresento minhas reflexões sobre estudo desenvolvido com enfoque no tema inclusão escolar das crianças que apresentam o Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa desenvolvida buscou responder ao problema “De que maneira o professor e o monitor podem incluir os alunos autistas nas atividades escolares da rede regular de ensino?” Meu objetivo foi buscar estratégias que contribuem para incluir a criança com autismo na escola regular.

Através do estudo realizado posso afirmar que consegui atingir os objetivos propostos e pude constatar que minhas hipóteses se confirmaram, pois os estudos mostraram que crianças com TEA devem ser incluídas em todas as atividades juntamente com os demais colegas, assim os permitindo vivências significativas às mesmas. Com o aprofundamento teórico realizado pude responder a mim mesma que as crianças com TEA apresentam dificuldades de aprendizagem e com isso cabe aos professores elaborar um planejamento adequado às diferentes características para trabalhar suas dificuldades. É importante que, no espaço de sala de aula, o professor possa desenvolver os mesmos conteúdos que são trabalhados com os demais, porém de formas acessíveis às características dos educandos com TEA. Confirmando as demais hipóteses, concluo que as crianças com TEA precisam que as atividades que lhe são oferecidas em sala de aula sejam atrativas, que possam mantê-los mais calmos e concentrados. Nunca esquecendo a importância de que o que é colocado para os demais deve valer para eles, sendo assim para todos, sem os excluí-los dos processos educativos.

Com isso posso dizer que através dos estudos sobre o TEA pude organizar em minha mente o conceito das necessidades principais da criança, respondendo às minhas perguntas, minhas dúvidas, amenizando minha insegurança no trabalho como monitora de educandos com esse transtorno. Ao longo da pesquisa pude constatar que a inclusão acontece quando se reconhece a turma como um todo, sem exclusão, inserido todos os alunos nas atividades propostas, observando suas dificuldades e proporcionando estratégias que contemplem os ritmos e características próprias de cada educando.

Assim, pude reconhecer que o professor ou profissional que desempenhar um trabalho com alguma criança com TEA deve primeiro, respeitar etapas importantes do seu desenvolvimento e ver a criança como um educando disposto a aprender e não “um aluno com transtorno”, isso requer ver o aluno para além do transtorno. Sim, como uma criança “normal”, alguém que terá dificuldades como todos nós as temos, e o professor, bem como monitor, devem estar dispostos a ensinar. Nesse processo, tem importante papel o professor do AEE com o trabalho desenvolvido junto às Salas de Recursos Multifuncionais, a articulação e o diálogo com o professor da classe regular, com o monitor, com a equipe multidisciplinar que acompanha a criança com TEA e, também, a parceria com a família, que é essencial.

Assim, fica claro que é importante conhecer e respeitar os níveis de desenvolvimento do educandos com TEA, ou seja, a caracterização das suas dificuldades, mas não para limitá-los, sim para melhor acolhê-los nas suas necessidades. Também, é preciso lembrar que esse educando têm direitos à educação e é nosso dever permitir um ambiente seguro na escola para seu desenvolvimento. No que diz respeito ao TEA, muitas vezes, as principais atividades estarão no campo da socialização, respeitando os tempos próprios de aprendizagem de cada criança. A principal estratégia é respeitar os limites, sem limitá-los, sem impor o que o educando é capaz, permitindo que ele se descubra como ser integrante da escola. Neste sentido a parte mais importante do meu ponto de vista foi compreender que a criança com TEA precisa ser vista como uma criança como as outras que deve ser atendida nas suas necessidades.

Ser monitora de crianças com TEA me fez querer provar que eles são capazes e ao desenvolver o meu trabalho de conclusão de curso eu percebi que eu queria mesmo era provar que eu era capaz de trabalhar com crianças com TEA, pois entendo que tudo o que essas crianças precisam é apenas vivenciar a Educação Infantil com afetividade e alegria, sendo acolhidas e respeitadas na sua diferença.

Outra aprendizagem importante que destaco é o reconhecimento de que as crianças com TEA não precisam de cuidados excessivos e nem precisam ser tratadas com mais atenção ou cuidados exagerados, com rótulos, elas precisam vivenciar as atividades como todos os outros, tendo sempre a clareza que alguns precisam de um monitor só pra eles, outros são mais autônomos, mas todos

merecem a oportunidade de serem atendidos em particularidades e desenvolver suas capacidades.

Também, através dos estudos realizados surgiram em minha mente outros questionamentos como: *De que maneiras pode-se diminuir a insegurança do educando que tem monitor para motivá-lo a fazer as atividades sozinho? Como fazer para que os pais percebam que seus filhos são capazes, e não se sintam inseguros ao deixá-los na escola?* Partindo disso pretendo buscar ainda mais informações sobre o tema, realizar novos estudos e formações que me permitam ajudar no desenvolvimento não só das crianças com autismo, mas crianças com outras deficiências.

Ao olhar de forma reflexiva para meu cotidiano em sala de aula, tendo a postura de sempre respeitar a diversidade de cada aluno, posso dizer que é possível construirmos uma escola realmente inclusiva. No caso dos alunos com TEA e/ou com deficiência, será necessário mais tempo para se apropriarem de determinados conhecimentos, seguir regras e demais rotinas da escola em relação aos demais ditos “normais”. Por isso, deve ser elaborado o Plano Educacional Individualizado, voltado a cada especificidade, a fim de, efetivamente estimular o desenvolvimento e a aprendizagem de cada educando, a partir de suas possibilidades.

É nesse sentido que se percebe a importância de um profissional qualificado para lidar com as crianças com TEA, a importância de o monitor ter mais que Ensino Médio para atuar na função. Ainda, o professor ter uma formação além da licenciatura. A meu ver, todos os profissionais que atuam na escola inclusiva deveriam ter as mesmas especializações das pessoas que trabalham no AEE na Sala de Recursos Multifuncionais. Na minha visão, a Sala de Recursos não deveria ser um espaço específico da escola, mas sim, toda a escola deveria ter uma prática pedagógica de acolhimento e olhar diferenciado para cada educando, tornando assim, todos os espaços da escola inclusivos.

Com isso coloco que percebo a importância do diálogo e da parceria escola e família para que as crianças com TEA possam se desenvolver e serem felizes, da forma que são.

Finalizo minha monografia afirmando que acredito no que nos disse Freire (1996) que a educação modela almas e recria os corações, é a alavanca das

mudanças sociais. Assim, a criança com TEA deve ser oportunizada a aprender e a partir de suas dificuldades desenvolverem suas aprendizagens e autonomia, com respeito e acolhimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Flavio Aparecido de. Psicologia.PT o portal dos psicólogos. **O desafio da inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino**. Brasil, 06 de ago.2017.

ALMEIDA, Manuella Santos Carneiro et al. **Classificação Internacional das Doenças** – 11ª revisão: da concepção à implementação. Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 54, 2020. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/classificacao-internacional-de-doencas>.

BARBERINI, Karize Younes. **A escolarização dos autistas no ensino regular e as práticas pedagógicas**. Cad. Pós-grad.disturb.Desenvolv.(online)2016.(citado 202/06/02) vol.16 p.p 46-55 2016.

BLOG, Instituto Neurosaber. **DMS-5 e o diagnostico no TEA**. Out, 2020. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/dsm-5-e-o-diagnostico-no-tea/>

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da União], Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 dez. 2012, p.2. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm . Acesso em: 03 de setembro 2023.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível em :http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em 30 de agosto de 2023.

_____. **Constituição federal da república federativa do Brasil. Cap. III, sessão I**. Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf

_____. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em 28 de agosto de 2020

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em 13/09/2020.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 16 de agosto de 2023.

_____. **Lei nº 13.977 de 08 de janeiro de 2020. Lei Romeo Mion**. Brasília. DF. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm. Acesso em: 06 de novembro de 2023.

_____. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Lei Berenice Piana**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília. DF. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 14 de novembro de 2023.

_____. **DECRETO Nº 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

_____. **DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em 30 de setembro de 2023.

_____. **DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008**. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 02 nov. 2023.

CARBONARA, Vanderlei. Concepções ético-epistemológicas que fundamentam a ação interdisciplinar e transdisciplinar nos ensinamentos Fundamental e Médio. In: CANDIDO, Celso, CARBONARA, Vanderlei (Orgs.). **Filosofia e ensino: um diálogo transdisciplinar**. Ijuí: Unijuí, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

Espectro autista: entenda por que é um espectro e como é o transtorno. Vida Saudável o Blog do Einstein. Disponível em <https://vidasaudavel.einstein.br/espectro-autista/> Acesso em: 12 de novembro de 2023.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FERREIRA, Marcia. **Ação psicopedagógica na sala de aula: uma questão de inclusão**. São Paulo: Paulus, 2001.

FONSECA, Vitor da. **Aprender a aprender**. 3ª ed. Lisboa: Âncora; 2014.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL. Antônio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: 2008.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Resultados do **Censo Brasileiro 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

KISHIMOTO, Tizuro Morchida (Org.). **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 13ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBERALESSO, Paulo; LACERDA, Lucelmo. (Org.). **Autismo: compreensão e práticas baseadas em evidências** (livro eletrônico). Curitiba: Marcos Valentin de Souza, 2020. Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo, Avercamp, 2022.

MANTOAN, Maria. Teresa. Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / [American Psychiatric Association ; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... *et al.*]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. – 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 5ª ed. São Paulo: AMA. Brasília: CORDE, 2007.

NUNES, Daniella Carla Santos. **O pedagogo na educação da criança autista**. Publicado em 07 de fevereiro de 2008. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/4113/1/O-Pedagogo-Na-Educacao-Da-Crianca-Autista/pagina1.html>. Acesso em: 23 de novembro de 2023.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. **Autismo e inclusão escolar: os desafios da inclusão do aluno autista**. Revista Educação Pública, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-osdesafios-da-inclusao-do-aluno-autista>. Acesso em: 12 de setembro de 2023.

O que são pranchas de comunicação? Tix Life. Disponível em: <https://tix.life/comunicacao-alternativa/pranchas-de-comunicaca>. Acesso em 29 de novembro de 2023.

ORRÚ, Sílvia Ester. (2003). **A formação de professores e a educação de autistas**. Revista Iberoamericana de Educación, 31, 1-15. Disponível em: <https://rieoei.org/RIE/article/view/2965>. Acesso em 25 de novembro de 2023.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Diversa. Disponível em <https://diversa.org.br/tags/politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva/> Acesso em: 25 de setembro de 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular Gaúcho: Matemática.** Porto Alegre: SEE, 2018. Disponível em: <https://portal.educacao.rs.gov.br/Portals/1/Files/1529.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A Educação na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/43213>. Acesso em: 29 de outubro de 2023.

SANTOS, Mariele Neves Dos et al.. **O papel das famílias na inclusão educacional da criança com transtorno do espectro autista (tea).** Anais VIII CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/88136>>. Acesso em: 10 de novembro de 2023.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano dos. **Autismo: desafios na alfabetização e no convívio escolar.** Trabalho de conclusão de curso, Especialização em Distúrbios de Aprendizagem. São Paulo: Centro de Diferencia em Distúrbios de aprendizagem (CRDA), 2008.

SILVA, Lindóia, Maria. **As metodologias de atendimento educacional especializado na nova educação: Preparando-se para a BNCC.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 05, Ed. 01, Vol. 03, pp. 56-66. janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/metodologias-de-atendimento>. Acesso em: 25 de novembro de 2023.

SUPLINO, Marise. **Currículo funcional natural: guia prático para educação na área do autismo e deficiência mental.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Maceió: ASSISTA, 2005.

TANIGUTI; Gustavo; FERREIRA, Karolyne. **Sala de Recursos Multifuncionais: marcos normativos.** Diversa. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/salas-de-recursos-multifuncionais-marcos-normativos,2021/> Acesso em 26 de novembro de 2023.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas Especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.